



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

EDITAL Nº 376/2022

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO DE DISCENTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

MESTRADO PRESENCIAL – 1º SEMESTRE DE 2023

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com a Resolução nº 295, de 30 de novembro de 2020, alterada pela Resolução nº 315, de 29 de abril de 2021 e, considerando a Resolução nº 136, de 22 de março de 2016, todas do Conselho Universitário (CONSUNI) UNIPAMPA; o processo de criação do curso, protocolado sob nº 23100.002439/2015-39 e os termos determinados no processo protocolado sob nº 23100.021908/2022-48, torna público o processo de seleção dos candidatos ao corpo discente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMPA), em nível de Mestrado Profissional, Campus São Borja (<https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgpp/>).

1. DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

- 1.1. As inscrições para o processo seletivo para ingresso de discentes no PPGPP, em nível de mestrado profissional, estarão abertas no período indicado no cronograma neste edital, no item 11.
- 1.2. As inscrições serão feitas através do preenchimento da ficha de inscrição *on-line* com envio da documentação solicitada anexada, conforme item 3.
- 1.3. Serão considerados recebidos somente os documentos para inscrição enviados pelo Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais (GURI) até as 23h59min do último dia indicado para inscrições, conforme item 11.
- 1.4. O PPGPP não poderá ser responsabilizado por problemas ocorridos no envio da documentação.

2. DOS INSCRITOS/PÚBLICO-ALVO

2.1. Poderá inscrever-se no processo seletivo de ingresso do PPGPP – mestrado profissional aquele candidato que atenda aos seguintes requisitos:

- a) ser portador de título de graduação na área do programa de pós-graduação ou áreas afins;
- b) ser graduando na área do programa de pós-graduação ou áreas afins com previsão de conclusão do curso antes da realização da matrícula no programa de pós-graduação.

2.2. A inscrição implica irrestrita aceitação, por parte do candidato, dos termos definidos neste Edital.

3 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INSCRIÇÃO:

3.1 Os seguintes documentos são indispensáveis para inscrição:

- a) ficha de inscrição *on-line*, com preenchimento obrigatório no endereço eletrônico <https://guri.unipampa.edu.br/psa/processos/>, anexando os documentos necessários para inscrição solicitados neste Edital, da seguinte forma:
 - anexar no campo “arquivos da inscrição”, os documentos descritos nas letras “a” até “i”, no que se aplica, que constam no item 3;
 - todos os arquivos devem estar em formato *Portable Document Format* (PDF), na língua portuguesa, “formato de documento portátil”;
 - o nome de cada arquivo deve ser curto e separado por *underline* (“_”), na língua portuguesa, “sublinhado”;
 - reduzir a “qualidade do arquivo”, em números de *Dots Per Inch* (DPI), na língua portuguesa, “pontos por polegadas”.
- b) currículo Lattes do candidato anexado em PDF com documentos comprobatórios em conjunto;
- c) cópia digitalizada (frente e verso) do diploma de graduação emitido por instituição de ensino superior (IES) credenciada pelo Ministério da Educação (MEC);
- d) o candidato graduando deverá apresentar atestado de provável formando, indicando o período previsto para a conclusão do curso, fornecido pela IES ou pelo PPG a que esteja vinculado. Nesse caso, fica obrigatória a apresentação de diploma ou certificado de conclusão de curso (ou documento equivalente) para a solicitação da matrícula condicional em caso de aprovação;
- e) cópia digitalizada do histórico escolar completo da graduação;
- f) cópia digitalizada (frente e verso) do documento de identificação com foto, se brasileiro, ou do passaporte válido ou carteira de registro nacional migratório, se estrangeiro;
- g) cópia digitalizada da autodeclaração de raça/etnia dos candidatos às vagas reservadas para negros (pretos e pardos) e indígenas, conforme Anexo I, que deverá ser analisada por comissão de heteroidentificação, a qual emitirá parecer;
- h) cópia digitalizada do laudo médico, conforme Anexo II, para os candidatos inscritos na reserva de vagas para pessoas com deficiência;
- i) projeto de pesquisa anexado em PDF, conforme anexo III do edital.

3.1.1. O candidato estrangeiro deverá providenciar sua inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) para apresentação no momento da matrícula condicional em caso de aprovação, conforme orientações disponíveis no endereço eletrônico do portal do governo federal brasileiro (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-no-cpf-no-exterior>).

3.2. A responsabilidade pelo envio da documentação completa requerida para inscrição é exclusiva do candidato, e a falta de qualquer um dos documentos mencionados acima implica a não homologação da inscrição.

3.3. A autenticidade da documentação enviada é de responsabilidade do candidato, devendo ser comprovada pela comparação com os originais no momento da efetivação de sua matrícula.

3.4. O candidato poderá ser desclassificado em caso de irregularidade na comprovação da autenticação.

3.4.1. O candidato que prestar falsa declaração poderá responder criminalmente, nos termos do art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

3.5. Em caso de diploma de instituição estrangeira, o diploma e o histórico devem ter visto do consulado brasileiro no país de origem e ser traduzidos por tradutor juramentado, exceto os diplomas obtidos em países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ou versados em língua espanhola ou inglesa.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão homologadas pela Comissão de Seleção do PPGPP.

4.2. Serão homologadas as inscrições dos candidatos que apresentarem toda a documentação exigida dentro do prazo estabelecido neste Edital.

4.3. As inscrições homologadas serão divulgadas, conforme data indicada no item 11, no GURI, disponível no endereço eletrônico <https://guri.unipampa.edu.br/psa/processos/> e na página eletrônica do programa (<https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgpp/>).

5. DAS VAGAS POR PROGRAMA

5.1. Serão disponibilizadas 18 (dezoito) vagas para discente do Curso de Mestrado em Políticas Públicas, distribuídas a seguir, de acordo com a Resolução nº 295, de 30 de novembro de 2020, alterada pela Resolução nº 315 de 29 de abril de 2021 e, considerando a Resolução nº 136, de 22 de março de 2016, todas do CONSUNI:

a) 13 (treze) vagas para ampla concorrência (universais);

b) 02 (duas) vaga reservada a candidatos técnico-administrativos em educação da UNIPAMPA;

c) 03 (três) vagas reservadas a candidatos negros, (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência.

5.2. Para fazer jus às vagas reservadas a candidatos técnico-administrativos da UNIPAMPA, os servidores técnico-administrativos ativos deverão indicar, na ficha de inscrição, que estão concorrendo à reserva de vagas e obedecer aos critérios de inscrição, de aprovação e de classificação no processo seletivo, de acordo com as normas vigentes neste Edital.

5.2.1. Os candidatos técnico-administrativos concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação na seleção, nos termos da Resolução nº 136/2016 do CONSUNI.

5.2.2. Não havendo candidato aprovado à vaga de técnico-administrativo no processo seletivo, ela será preenchida por candidato aprovado para as vagas universais, seguindo a ordem de classificação dos candidatos.

5.2.3. Os candidatos técnico-administrativos aprovados dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência (universais) não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

5.2.4. Em caso de desistência de candidato técnico-administrativo aprovado em vaga reservada, ela será preenchida pelo candidato técnico-administrativo posteriormente classificado.

5.3. Para fazer jus às vagas reservadas a candidatos negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência, no momento da inscrição, o candidato deve indicar a qual reserva de vagas está concorrendo e obedecer aos critérios de inscrição, de aprovação e de classificação no processo seletivo, de acordo com as normas vigentes neste Edital.

5.3.1. Os candidatos negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência (universais), de acordo com a sua classificação na seleção, nos termos da Resolução nº 295/2020 do CONSUNI.

5.3.2. Não havendo candidato aprovado às vagas de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência no processo seletivo, ela será preenchida por candidato aprovado para as vagas de ampla concorrência (universais), seguindo a ordem de classificação dos candidatos.

5.3.3. Os candidatos negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência aprovados dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência (universais) não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

5.3.4. Em caso de desistência de candidato negro (preto ou pardo), indígena ou com deficiência aprovado em vaga reservada, ela será preenchida pelo candidato negro (preto ou pardo), indígena ou com deficiência posteriormente classificado.

5.4. A autodeclaração de raça/etnia dos candidatos às vagas reservadas para negros (pretos e pardos) e indígenas, conforme Anexo II, será aferida por comissão de heteroidentificação, a qual emitirá parecer.

5.5. Para fins de validação da autodeclaração de raça/etnia de candidato autodeclarado negro (preto ou pardo), conforme Portaria Normativa nº 4 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), de 6 de abril de 2018, serão considerados tão somente os aspectos fenotípicos do candidato, os quais serão validados, obrigatoriamente, com a presença do candidato na Comissão de heteroidentificação.

5.6. Para fins de validação da autodeclaração de raça/etnia de candidato autodeclarado indígena ou índio, considerar-se-á o candidato com aspectos fenotípicos indígenas, que se representa enquanto tal, que é membro ou oriundo de comunidades indígenas e/ou que descende de povo indígena por relações de parentesco, aspectos que serão validados, obrigatoriamente, com a presença do candidato na comissão de heteroidentificação.

5.7. O laudo médico e os exames complementares dos candidatos às vagas reservadas para pessoas com deficiência serão analisados por comissão de validação de condição de pessoa com deficiência.

5.8. O candidato classificado para vaga destinada às ações afirmativas que não conseguir comprovar sua condição na confirmação da matrícula perderá o direito à vaga, sem possibilidade de reclassificação.

5.9. É responsabilidade exclusiva do candidato apresentar a documentação que comprove que está nas condições necessárias para concorrer e ingressar pela vaga destinada para ação afirmativa.

5.10. As Comissões de validação utilizarão análise documental e entrevista para determinar se o candidato preenche os requisitos exigidos na Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei Federal nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, no Decreto Federal nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, alterado pelo Decreto nº 9.034, de 2017, na Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, alterada pelas Portarias Normativas MEC nº 19, de 6 de novembro de 2014, e nº 9, de 5 de maio de 2017, e neste Edital.

5.11. As Comissões de heteroidentificação realizarão registros fotográficos dos candidatos e gravação em áudio e vídeo das entrevistas. Os registros serão usados única e exclusivamente para comprovação das declarações apresentadas pelos candidatos selecionados para as vagas reservadas para ações afirmativas.

Parágrafo único. O candidato que recusar a realização da filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, nos termos do *caput*, será eliminado do processo seletivo, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

5.12. As comissões de heteroidentificação poderão utilizar quaisquer outras fontes de informação para comprovação das declarações apresentadas.

5.13. Em caso de desistência de candidato aprovado em vaga universal, ela será preenchida pelo candidato posteriormente classificado.

6. DA SELEÇÃO

6.1. O processo seletivo será conduzido pela Comissão de Seleção do PPGPP, designada pelo Conselho do Programa.

6.1.1. Conforme o item 11 deste edital, será divulgada a nominata dos membros que farão parte da Comissão de Seleção do Programa, e os candidatos podem se manifestar caso haja algum fator de impedimento de algum dos membros, desde que devidamente comprovado.

6.1.2. É impedido de participar das bancas examinadoras, o docente que, em relação a qualquer um dos candidatos:

- a) for cônjuge, embora separado judicialmente, divorciado ou companheiro;
- b) tiver grau de parentesco ascendente ou descendente até terceiro grau;
- c) for sócio em atividade profissional;
- d) estiver litigando judicial ou administrativamente ou com respectivo cônjuge ou companheiro;
- e) tiver relação estreita de amizade ou inimizade notória ou com o respectivo cônjuge, companheiros, parentes e afins até terceiro grau.

6.2. O candidato deverá cumprir todas as etapas do processo seletivo previstas neste Edital, conforme datas e horários divulgados no GURI e na página eletrônica <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgpp/>.

6.3. O candidato que não observar locais e horários definidos para realização das etapas do processo seletivo estará automaticamente eliminado.

6.4. A seleção dos candidatos ao Mestrado em Políticas Públicas considera as seguintes etapas e respectivas pontuações:

- a) análise de projeto (peso 4,0 pontos). Eliminatória (pontuação de corte 2,4 pontos);
- b) entrevista presencial (peso 2,0 pontos). Eliminatória (pontuação de corte 1,2 ponto). As datas, local e horários das entrevistas serão publicados no *site* do PPGPP (<https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgpp/>).
- c) análise de currículo Lattes (peso 4,0 pontos). Etapa classificatória.

6.5. Será utilizada como critério de desempate a maior nota na:

- a) primeira etapa (análise do projeto);
- b) segunda etapa (entrevista);
- c) terceira etapa (análise do currículo Lattes).

7. DOS RESULTADOS

7.1. Resultados preliminares e finais do processo seletivo serão divulgados nas datas indicadas no item 11, no GURI (<https://guri.unipampa.edu.br/psa/processos/>) e na página eletrônica <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgpp/>.

8. DA MATRÍCULA CONDICIONAL

8.1. Terão direito à matrícula os candidatos classificados até o limite máximo de vagas estipulado pelo PPGPP no item 5.

8.2. A matrícula condicional apresenta as seguintes etapas:

- I. solicitação de matrícula;
- II. confirmação de matrícula.

8.3. Para garantir a vaga no curso, o candidato classificado no processo seletivo deverá ser deferido em todas as etapas.

8.3.1. O não cumprimento das etapas descritas neste Edital ou a não observação dos prazos estipulados acarretará a exclusão do candidato do processo seletivo, sem possibilidade de reclassificação.

8.4. O candidato que não se matricular dentro do prazo estabelecido perderá o direito à vaga.

8.5. Em caso de não observação do prazo para matrícula, a vaga será disponibilizada a outro candidato por ordem de suplência.

8.6. A UNIPAMPA se reserva o direito de verificar declarações, autodeclarações e laudos médicos apresentados pelos candidatos, e, verificada irregularidade, o candidato perderá a vaga, sem possibilidade de qualquer remanejamento.

8.7. O documento que necessitar de autenticação, estando acompanhado do original, será reconhecido por meio de fé pública por servidor da UNIPAMPA no ato da confirmação de matrícula (presencial).

9. DA SOLICITAÇÃO DE MATRÍCULA CONDICIONAL

9.1. O candidato deverá solicitar matrícula condicional via internet.

9.2. A solicitação de matrícula condicional via internet consiste no envio da documentação, obrigatoriamente no formato digital PDF, pelo GURI, por meio do endereço: <https://guri.unipampa.edu.br/pss/publico/listarEdicoesMatCondicional/>.

9.3. O candidato deverá fazer o *upload* (em português "envio") da seguinte documentação, completa e correta:

- a) cópia digitalizada (frente e verso) de título eleitoral;
- b) cópia digitalizada do comprovante de votação na última eleição (dois turnos, se aplicável) ou comprovante de quitação eleitoral expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral;
- c) cópia digitalizada (frente e verso) do certificado de quitação com o serviço militar obrigatório, para pessoas do sexo masculino até 45 (quarenta e cinco) anos;
- d) cópia digitalizada (frente e verso) do diploma de graduação ou atestado de conclusão de curso (ou documento equivalente) emitido por IES credenciada pelo MEC, para candidatos graduandos que se inscreveram com o atestado de provável formando;
- e) cópia digitalizada do histórico escolar da graduação para candidatos graduandos que se inscreveram com o atestado de provável formando;
- f) cópia digitalizada da declaração da chefia imediata que comprove o vínculo do candidato com a UNIPAMPA, para os ingressantes por meio da reserva de vagas para técnico-administrativo;
- g) cópia digitalizada do comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) para candidato estrangeiro que não o possuía no ato da inscrição.

9.4. Candidatos estrangeiros classificados estão desobrigados de apresentar os documentos listados nas letras "a", "b" e "c" (título eleitoral, comprovante de quitação eleitoral e comprovante de quitação com o serviço militar obrigatório).

9.4.1. A matrícula condicional dos candidatos estrangeiros classificados ocorrerá por *e-mail*, sendo responsabilidade do candidato encaminhar um *e-mail* confirmando a sua matrícula e encaminhando a documentação em anexo para o contato posgrad.saoborja@unipampa.edu.br no prazo estipulado no cronograma deste edital, sob pena de perder a vaga se não o fizer.

9.5. Durante a etapa de confirmação de matrícula, no início das atividades presenciais, deverão ser apresentados todos os originais dos documentos listados acima e os inseridos na inscrição.

9.6. A solicitação de matrícula condicional deverá ser realizada conforme Cronograma deste Edital.

9.7. A solicitação de matrícula condicional não garante a vaga ao candidato; este somente terá direito a vaga após deferimento na etapa de confirmação de matrícula.

9.8. Ao finalizar a solicitação de matrícula condicional, o GURI gerará um comprovante com os dados do candidato e a listagem dos arquivos anexados.

9.8.1. É de responsabilidade do candidato guardar esse comprovante, para eventuais verificações nos procedimentos de matrícula.

9.9. Após solicitar matrícula condicional, o candidato deverá acompanhar eventuais pedidos de complementação da documentação. Para consultar os documentos solicitados e complementá-los, o candidato deverá acessar o GURI: <<https://guri.unipampa.edu.br/pss/publico/listarEdicoesMatCondicional/>>.

9.10. Caso seja necessário, a Secretaria de Pós-graduação poderá solicitar complementação de documentos a fim de garantir a veracidade das informações.

9.11. O candidato cuja solicitação de matrícula condicional for indeferida terá prazo para fazer a complementação da documentação também via GURI, conforme cronograma.

9.12. Após o período para complementação da documentação, será publicado o resultado provisório das solicitações de matrícula na página eletrônica do programa e no GURI.

9.13. O candidato que solicitar a matrícula condicional e enviar a documentação completa e correta terá solicitação de matrícula condicional deferida sujeita à apresentação da documentação original na etapa de confirmação de matrícula, que será realizada somente no retorno das atividades presenciais, para fins de autenticação institucional, no Campus São Borja da UNIPAMPA, endereço a seguir:

Secretaria de Pós-Graduação do Campus São Borja

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

R. Mons Patricio Petit Jean, 3601, São Borja, RS - CEP 97670-000

Horário: Segunda a sexta-feira das 13h30min às 20h30min

Telefone: (55) 3430-9854

9.14. Horários e datas para confirmação de matrícula (presencial) serão divulgados, posteriormente, na página eletrônica do PPGPP, no endereço eletrônico: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgpp/>

9.15. Caso não apresente a documentação original (ou cópia autenticada) no período para confirmação de matrícula condicional definido no cronograma, a matrícula condicional será indeferida, e o candidato perderá o direito à vaga, independentemente de ter cursado disciplinas do programa.

9.16. O candidato cujo pedido de matrícula condicional for deferido será matriculado pela Secretaria de Pós-graduação nos componentes curriculares ofertados no primeiro semestre do Mestrado em Políticas Públicas em 2023-1.

9.16.1. O candidato cuja confirmação for indeferida terá direito a recurso conforme cronograma.

10. DA CONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULA

10.1. A confirmação de matrícula consiste na verificação da documentação apresentada durante a etapa de solicitação de matrícula condicional e de verificação da documentação original pela Secretaria de Pós-graduação conforme definido no item 9.

10.2. A confirmação de matrícula do candidato somente será deferida se, conforme item 9.3, a documentação for apresentada correta, completa, legível e com parecer favorável da Secretaria de Pós-graduação.

10.3. Se necessário, a Secretaria de Pós-graduação poderá solicitar complementação de documentos, a fim de garantir a veracidade das informações.

10.4. O candidato que desejar interpor recurso deverá fazê-lo por correspondência eletrônica a mppp.unipampa@gmail.com, explicitando os motivos para recurso e argumentação.

10.5. O candidato que interpuser recurso receberá uma mensagem de confirmação do recebimento do recurso.

10.6. O PPGPP não se responsabiliza por problemas no envio do recurso.

11. CRONOGRAMA

11.1. As fases do processo seletivo, com as respectivas datas, são as que seguem:

a) período de inscrições: de 01 a 21/11/2022;

b) divulgação das inscrições homologadas: até 23/11/2022;

c) período para recursos de homologação das inscrições: até 25/11/2022;

d) homologação final das inscrições e divulgação dos nomes da comissão de seleção: até 28/11/2022;

e) prazo para arguição de impedimento de membro da comissão de seleção: até 29/11/2022;

f) prazo para resposta aos pedidos de arguição de impedimento de membro da comissão de seleção: até 30/11/2022;

g) período da seleção: de 01/12 a 17/12/2022;

h) divulgação do resultado parcial da análise dos projetos: até 05/12/2022;

i) período de recursos da análise dos projetos: 07/12/2022;

j) resultados dos recursos da análise dos projetos: até 09/12/2022;

k) resultado final da análise dos projetos: 09/12/2022;

l) entrevista: entre 12/12/ 2022 e 13/12/2022;

m) resultado parcial da entrevista: 14/12/2022;

n) período de recursos da entrevista: 16/12/2022;

o) resultado final da entrevista: 17/12/2022;

p) resultado do currículo Lattes: até 09/01/2023;

q) período de recurso do currículo Lattes: 11/01/2023;

r) resultado final da avaliação do currículo Lattes: 12/01/2023;

s) divulgação do resultado preliminar do processo seletivo: até 12/01/2023;

- t) notificação da comissão de seleção sobre possíveis aprovados para reserva de vagas à comissão de heteroidentificação: até 12/01/2023;
- u) período para recursos ao resultado preliminar do processo seletivo: até 14/01/2023;
- v) entrevista da comissão de heteroidentificação para candidatos autodeclarados aprovados: 16/01/2023 (horários da entrevista na comissão de heteroidentificação estarão no site <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgpp/>);
- w) divulgação do resultado final do processo seletivo: até 17/01/2023;
- x) período de matrícula condicional: 19 e 20/01/2023;
- y) período para complementação de documentação da matrícula condicional: 23/01/2023;
- z) divulgação dos resultados preliminares da matrícula condicional: até 24/01/2023;
- aa) período para recurso da matrícula condicional: até 26/01/2023;
- bb) divulgação do resultado final da matrícula condicional: 27/01/2023;
- cc) período para chamada de suplentes: até 30/01/2023;
- dd) período de matrícula em disciplinas (Secretaria de Pós-graduação): 01 a 03/02/2023.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. O presente Edital poderá ser cancelado ou alterado, em parte ou no todo, a qualquer tempo, desde que por motivos supervenientes, legais ou relevantes assim o determinem, sem que isso venha a gerar direitos ou obrigações em relação aos interessados.
- 12.2. Para o cumprimento dos horários previstos neste Edital, levar-se-á em consideração o horário de Brasília/DF.
- 12.3. A arguição de impedimento ou suspeição de algum dos membros da Comissão de Seleção deste Edital deve ter como base as situações previstas no item 6.1.2 deste Edital, com as devidas justificativas, e ser enviada para mppp.unipampa@gmail.com, até a data prevista no Cronograma deste Edital.
- 12.3.1. O pedido será analisado pelo Conselho do Campus sede do PPGPP, que, em caso de parecer favorável ao impedimento, substituirá o membro da comissão.
- 12.3.2. O candidato será informado da decisão no prazo previsto no item 11.
- 12.4. Os candidatos inscritos neste processo seletivo, automaticamente, autorizam o uso e tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica do concurso, matrícula e dados acadêmicos, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- 12.5. O ingresso de recursos relativos à homologação de candidatos e resultados parciais e finais deve ser realizado perante a Comissão de Seleção do Edital, até a data prevista no item 11 deste Edital, exclusivamente por meio de correspondência eletrônica a:
- Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGP-UNIPAMPA): mppp.unipampa@gmail.com.
- 12.6. Resultados decorrentes deste processo seletivo bem como adendos ou alterações serão publicados no GURI: <https://guri.unipampa.edu.br/psa/processos/>.
- 12.7. Na hipótese de vagas não preenchidas ou de desistências após o período de matrículas ou o início do semestre letivo, os candidatos serão chamados, no máximo até duas semanas após o início das aulas, de acordo com a lista de suplentes divulgada com o resultado final, obedecendo aos mesmos critérios de classificação dos candidatos aprovados.
- 12.8. Cabe ao candidato acompanhar o processo seletivo e suas retificações no GURI: <https://guri.unipampa.edu.br/psa/processos/>.
- 12.9. Demais informações podem ser obtidas com a Secretaria de Pós-graduação da UNIPAMPA do Campus São Borja, através do seguinte endereço eletrônico (posgrad.saoborja@unipampa.edu.br).
- 12.10. O programa não garante o recebimento de bolsa de estudos aos candidatos selecionados.
- 12.11. Os casos omissos ou excepcionais vinculados a este Edital, no que se referem a formato, aplicação e forma de avaliação das provas e demais etapas do processo seletivo, serão resolvidos pela Comissão de Seleção do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas.
- 12.11.1. Os demais casos serão resolvidos pelo Conselho do PPGPP da UNIPAMPA ou, quando necessário, nas demais instâncias recursais.
- 12.12. Ao inscrever-se neste processo seletivo, o candidato reconhece e aceita as normas estabelecidas neste Edital, as normas vigentes que regulam os cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UNIPAMPA e a regulamentação específica do programa de pós-graduação para o qual está se inscrevendo.
- Bagé, 31 de outubro de 2022.

Roberlaine Ribeiro Jorge

Reitor

ANEXO I

AUTODECLARAÇÃO DE RAÇA/ETNIA

Eu, _____, inscrito no processo seletivo para ingresso de discentes no Programa de Pós-graduação em Engenharia da UNIPAMPA, mestrado, Edital nº _____, portador(a) do documento de identificação nº _____ e Cadastro de Pessoa Física (CPF) nº _____, DECLARO, para fins de participação no referido processo seletivo de pós-graduação:

1) em conformidade com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que sou:

negro/preto negro/pardo indígena

2) que reconheço meu pertencimento étnico-racial pelos motivos expostos a seguir:

3) que o candidato que, comprovadamente e a qualquer tempo, apresentar documentos falsos, fornecer informações inverídicas, utilizar quaisquer meios ilícitos ou descumprir as normas do edital do processo seletivo de pós-graduação, **será desclassificado do processo seletivo**, sem prejuízo das sanções penais

eventualmente cabíveis. Compete à Comissão de Heteroidentificação o procedimento de aferição da autodeclaração de raça/etnia, assegurando ao candidato o contraditório e a ampla defesa.

4) que me responsabilizo pela veracidade das informações prestadas/documentos apresentados neste processo seletivo. Estou ciente de que, se for detectada a falsidade desta declaração de raça/etnia, estarei sujeito a penalidades legais.

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do candidato

ANEXO II

Laudo Médico para Ingresso nos Cursos de Pós-graduação

Atesto, para os devidos fins, que _____, apresenta deficiência(s) ou condição(ões):

Física	Mental	Visual	Auditiva
--------	--------	--------	----------

Orientações:

Anexar ao laudo médico os exames complementares emitidos nos últimos doze meses que comprovem a patologia apresentada (audiometria, acuidade visual, radiologia, entre outros). **NÃO serão aceitos laudos incompletos ou ilegíveis.**

CID-10: _____

Deficiência e/ou condição: _____

Descrição das dificuldades decorrentes da deficiência ou condição apresentada que podem ser percebidas e influenciar o processo ensino-aprendizagem e o ambiente educacional: _____

Para candidatos com **DEFICIÊNCIA AUDITIVA**, preencher os quadros a seguir:

Ouvido Direito		Ouvido Esquerdo	
Frequência (Hz)	Marque um "X"	Frequência (Hz)	Marque um "X"
Sem alteração		Sem alteração	
0 - 250		0 - 250	
251 - 500		251 - 500	
501 - 1000		501 - 1000	
1001- 2000		1001- 2000	
2001- 3000		2001- 3000	
3001 - 4000		3001 - 4000	

Para candidatos com **DEFICIÊNCIA VISUAL**, preencher os quadros a seguir:

Olho Direito		Olho Esquerdo	
Designação	Marque um "X"	Designação	Marque um "X"
Sem alteração		Sem alteração	
20/800		20/800	
20/600		20/600	
20/400		20/400	
20/200		20/200	
20/100		20/100	
20/80		20/80	
20/60		20/60	
20/50		20/50	

Declaro estar ciente de que é crime, previsto no Código Penal, "dar o médico, no exercício da sua profissão, atestado falso" (art. 302) e "fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302" (art. 304).

_____, ____ de _____ de 2022.

Nome do médico:	CRM:
Especialidade:	Estado:
Carimbo e assinatura:	
* Rubricar todas as páginas	

Obs.: Art. 299 do Código Penal: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO III

INSTRUÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO

O projeto deverá observar os seguintes itens:

- A folha de rosto do projeto de dissertação deverá conter: o título do projeto, a identificação da linha de pesquisa à qual o projeto pretende se vincular e o nome do candidato. Para a análise do projeto, a folha de rosto será destacada. Não poderá haver, ao longo do projeto, nenhuma identificação do candidato, sob pena de desclassificação;
- O projeto não deverá ultrapassar doze (12) páginas, não computadas a folha de rosto e as referências;
- O projeto deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes itens, nesta ordem: a) apresentação e delimitação do tema; b) justificativa; c) objetivos geral e específicos; d) formulação do problema; e) metodologia; f) revisão de literatura; g) bibliografia.

Os critérios de avaliação dos projetos serão os seguintes:

Especificação
Clareza e definição da apresentação e delimitação do tema (até 1,0)
Suficiência da justificativa (até 1,0)
Viabilidade e relevância dos objetivos geral e específicos (até 1,0)
Caracterização e objetividade na formulação do problema (até 1,0)
Metodologia adequada, suficiência metodológica para a proposta do trabalho (até 2,5)
Qualidade da revisão da literatura referente ao Tema e à área do conhecimento do mestrado (até 2,5)
Qualidade do texto quanto aos aspectos de correção da escrita (até 1,0)
Total de pontos (até 10,0)

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Maria Hermínia T. Recentralizando a federação. Revista Sociologia e Política, Curitiba, n. 24, p. 29-40, jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/NrMPyBxcmbPZO6dR59zS44s/?lang=pt>

Frey, K. (2022). POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DEBATE CONCEITUAL E REFLEXÕES REFERENTES À PRÁTICA DA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. *Planejamento E Políticas Públicas*, (21). Disponível em: www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89

SARAVIA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf

LIMA, Luciana Leite. SCHABBACH, Letícia. Políticas públicas: questões teórico[1]metodológicas emergentes [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_150.pdf

ANEXO IV

TABELA DE PONTOS DO CURRÍCULO LATTES

Graduação	Até 20 pontos
Diploma de graduação	20 pontos
Formação complementar	Até 20 pontos
Pós-graduação <i>stricto sensu</i> concluída na mesma área do mestrado	20 pontos
Pós-graduação <i>stricto sensu</i> concluída em área afim do mestrado	15 pontos
Pós-graduação <i>lato sensu</i> concluída na mesma área do mestrado	10 pontos
Pós-graduação <i>lato sensu</i> concluída em área afim do mestrado	5 pontos
Experiência técnica e de gestão na área de Políticas Públicas devidamente comprovada no Lattes	Até 20 pontos
Até 2 anos completos	5 pontos
Mais de 2 anos até 5 anos completos	10 pontos
Mais de 5 anos até 10 anos completos	15 pontos
Mais de 10 anos	20 pontos
Produção técnica e científica	Até 40 pontos
Avaliação de Políticas Públicas	Até 10 pontos (5 pontos por relatório)
Coordenação/parecer de projetos técnicos de políticas públicas	Até 10 pontos (5 pontos por projeto)
Artigos publicados em periódicos com Qualis na área de avaliação da Capes ao qual o Mestrado está inserido (Ciência Política e Relações Internacionais)	Até 30 pontos (5 pontos por artigo)
Artigos publicados em periódicos em outras áreas de avaliação com Qualis	Até 30 pontos (3 pontos por artigo)
Capítulos de livros com ISBN publicados	Até 20 pontos (5 pontos por capítulo)
Artigos completos publicados em anais de eventos	Até 10 pontos (1 ponto por artigo)
Autoria/organização de Livros com ISBN na área do mestrado	Até 15 pontos (5 pontos por livro)
Resumos publicados em anais de eventos	Até 10 pontos (1 ponto por resumo)
Apresentação de trabalhos em eventos	Até 10 pontos (1 ponto por trabalho)
Participação em eventos	Até 10 pontos (1 ponto por participação)
Palestras/oficinas/minicursos na área de avaliação da Capes ao qual o mestrado está inserido (Ciência Política e Relações Internacionais)	Até 15 pontos (3 pontos por evento)
Participação em projetos de ensino, pesquisa ou extensão	Até 15 pontos (3 pontos por ano)

ANEXO V

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

À Comissão de Seleção, solicito revisão do:

- () resultado das inscrições;
- () resultado da prova escrita;
- () resultado da análise do projeto;
- () resultado da análise do currículo *Lattes*;
- () resultado da avaliação oral.

Eu, _____, portador de documento de identidade nº _____

_____, candidato inscrito para uma vaga no Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, apresento recurso à Comissão de Seleção do referido Programa. Os motivos para a interposição de recurso são:

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato

Parecer da Comissão de Seleção: () deferido () indeferido

Justificativa:

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato**ANEXO VI**

Critérios de avaliação da entrevista:

- trajetória acadêmica e/ou profissional, será observado a aderência com a área de Políticas Públicas (até 2,0);
- demonstração do conhecimento sobre o tema de seu projeto de pesquisa apresentado para o processo seletivo (até 3,0);
- argumentação do processo metodológico escolhido no projeto (até 2,0);
- entendimento e concepções de políticas públicas (3,0).



Assinado eletronicamente por **ROBERLAINE RIBEIRO JORGE, Reitor**, em 31/10/2022, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0972300** e o código CRC **FD8EE16A**.

Referência: Processo nº 23100.021908/2022-48

SEI nº 0972300